



ALAGOAS

Vigilantes protestam contra mais de 600 demissões feitas pelo governo Paulo Dantas



O Sindicato dos Vigilantes de Alagoas realizou no dia 30/05, na porta do palácio do governo, um protesto contra as mais de 600 demissões feitas pelo governador de Paulo Dantas (MDB).

Os manifestantes chegaram logo cedo e instalaram uma tenda. Os vigilantes presentes, receberam o apoio da CUT Alagoas e dos sindicatos de servidores estaduais. Eles também receberam a solidariedade de delegações de

sindicatos de vigilantes de vários estados do Nordeste.

Os mais de 600 vigilantes foram demitidos atuavam em hospitais, postos de saúde, UPAs e outros locais, que ficam agora desprotegidos. Com as demissões, além dos prédios e patrimônios públicos, os servidores também passam a correr risco.

Fonte: RCP ALAGOAS

SINDICATO FARÁ REUNIÕES COM VIGILANTES DA MOBRA NA CAPITAL E INTERIOR



O sindicato programou uma agenda de reuniões nos próximos dias para vigilantes da Mobra na capital e interior, com a presença do assessor jurídico. Veja as datas e locais no final.

Desde que começaram os problemas de atrasos de pagamentos da Mobra, o sindicato vem fazendo tudo que está ao seu alcance para defender os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras da empresa.

Como sempre acontece nestas situações, primeiro o sindicato procura encontrar uma solução diretamente com a empresa, antes de qualquer medida mais drástica, tentando uma solução negociada, para buscar mais rapidez na solução do problema.

Neste sentido, o Sindicato notificou a empresa e os tomadores dos contratos, pressionando para que os pagamentos fossem regularizados. Inclusive, o sindicato procurou a direção da Mobra por várias vezes.

Aliás, esta sempre alegou dificuldades de caixa decorrentes da falta de repasses de tomadores importantes dos seus serviços, no entanto, sempre dissemos que o trabalhador não é o responsável por isso e que não poderia ser penalizado por tantos atrasos.

Realizamos, inclusive, DUAS assembleias, e é preciso dizer a verdade: mesmo reclamando tanto dos salários e outros direitos

atrasados, pouquíssimos vigilantes da Mobra compareceram às assembleias, o que trouxe dificuldades a uma maior mobilização na pressão contra a empresa.

Depois de falharem todas as tentativas de negociação, chegou-se a um ponto insustentável, pois a empresa não honrou com suas promessas, levando o sindicato a entrar na justiça por meio de nosso jurídico – Young, Dias, Lauxen & Lima Advogados Associados.

Aprendemos com casos como o da Seltec, que é melhor trabalhar com cautela e silêncio, a fim de se evitar que sindicatos pelegos, que não fazem o dever de casa, se atressem no processo e metam a mão no dinheiro que nós batalhamos na Justiça para os trabalhadores (as) da nossa base.

Assim, sem alarde, encaminhamos pedidos de bloqueio de faturas da Mobra, obtendo ordens de bloqueio de mais de oito milhões de reais.

Agora, estamos batalhando buscando a liberação dos valores já bloqueados, para pagamento dos créditos dos trabalhadores.

Paralelamente a isto, a empresa Mobra entrou com um pedido de autofalência. O seu pedido está com o juiz, para avaliação.

Continuaremos na luta, em prol dos trabalhadores (as), até que recebam os seus créditos. Em breve, retornaremos com mais informações.

O sindicato está, inclusive, com diversas reuniões programadas, abaixo, onde todos os atuais e ex-trabalhadores da Mobra estão sendo convidados a comparecer.

Nesta ocasião, nossos advogados tirarão todas as suas dúvidas e encaminharão aquilo que os trabalhadores precisarem, com a segurança e eficiência de sempre.

Os ASPs da empresa também estão convidados a participar.

Locais e datas das reuniões

Porto Alegre – 03/06 às 09 horas – Sindiferroviários – Rua Voluntários da Pátria, 595/5º andar. Inicialmente essa reunião foi marcada para vigilantes das agências bancárias, mas podem comparecer todos (as) que tiverem interesse em participar.

Rosário do Sul – 03/06 às 14 horas – R. Barão do Rio Branco, 2870 – AABB

Tramandaí – 10/06 às 09 horas – Câmara Municipal de Tramandaí.

Charqueadas – 10/06 às 09 horas – Sindicato

dos Metalúrgicos de Charqueadas.

Camaquã – 17/06 às 14 horas – Rua João Brandão, 88, Bairro São José.

Vigilantes da capital também podem comparecer no plantão jurídico do sindicato, segunda, terça e quarta-feira, das 10h às 14h, para terem todas as orientações necessárias.

Os horários de Rosário do Sul e Camaquã, inicialmente previstos para 09 horas, mudaram para as 14 horas.

Vigilante, não abra mão de seus direitos, procure nossa assessoria jurídica.

FONTE: SINDVIGILANTES DO SUL

CSP aprova ‘Prêmio Major Olímpio de Segurança Pública



Projeto de Resolução segue para deliberação da Mesa do Senado

A Comissão de Segurança Pública (CSP) aprovou nesta terça-feira (30) proposta que cria, no âmbito do Senado, o Prêmio Major Olímpio de Segurança Pública. Os agraciados serão pessoas “destinado a agradecer pessoas que

criem mecanismos de melhora da segurança pública ou atuem em ação de segurança pública de grande repercussão nacional”. O texto segue para deliberação da Mesa do Senado.

Do senador Styvenson Valentim (Podemos-



RN), o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 94/2019 já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde foi relatado pelo senador Alessandro Vieira (PSDB-SE). Por sua sugestão, a CCJ mudou o nome da comenda, “Prêmio Senado Federal de Segurança Pública”, para homenagear o ex-senador Major Olímpio (1962-2021). O relatório na CSP foi elaborado pelo senador Otto Alencar (PSD-BA) e a leitura foi feita ad hoc pelo senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS).

— No mérito, entendemos que a proposta é oportuna, uma vez que incentiva a divulgação e execução de novas ideias e iniciativas, assim como o desempenho profissional em uma área de grande preocupação da sociedade brasileira, a segurança pública, o que não deixa de ser uma colaboração indireta ao trabalho parlamentar — disse Mourão, que concordou com a mudança do nome do prêmio para homenagear Major Olímpio.

O projeto determina que seja concedido diploma a até três cidadãos com atuação destacada na área da segurança pública, a

ser entregue anualmente na semana do dia 21 de abril. A indicação de candidatos poderá ser feita por qualquer senador à Mesa. Já a escolha dos agraciados será realizada por comissão composta por um senador de cada partido com representação na Casa, a ser indicado anualmente pela respectiva bancada. As despesas de confecção e entrega do Prêmio, bem como as de deslocamento e hospedagem dos agraciados, serão custeadas pelo Senado.

O autor do projeto, Styvenson Valentim, disse que o prêmio é uma justa homenagem ao ex-senador, que morreu de covid-19 em 2021.

— Eu acho que é uma dupla justiça. Uma promoção como essa, de estar agraciando um nome como o do Major Olímpio, o qual faz uma falta imensa aqui no nosso Senado, ainda mais numa comissão como essa aqui que trata de assuntos que ele defendia com tanto vigor. E como também esse estímulo, essa parte de trazer para o cidadão, para os operadores de segurança pública para aqueles que tiverem boas ideias e práticas um reconhecimento pelo Senado federal por contribuir para um tema que é sensível em todo o lugar do país.

Os senadores Jorge Seif (PL-SC) e Sergio Moro (União-PR) apoiaram a criação do prêmio.

— De certa maneira o prêmio é relevante, mas mais relevante ainda é agraciar o senador Major Olímpio com essa honraria, ao ser nominado no âmbito do prêmio — disse Moro.

Fonte: Agência Senado

CSP adia votação de projeto que inclui ensino de direitos humanos a policiais

Pedro França/Agência Senado



O PL 5.245/2020 inclui conteúdos relacionados a direitos humanos e combate à discriminação em cursos de capacitação de agentes de segurança

Pedro França/Agência Senado

A Comissão de Segurança Pública (CSP) adiou a análise do projeto que determina a inclusão, em cursos de capacitação de agentes de segurança pública e privada, de conteúdos relacionados a direitos humanos e combate ao racismo, à violência de gênero, à homofobia e outras formas de discriminação. O PL 5.245/2020 estava na pauta da reunião deliberativa da comissão desta terça-feira (30).

De autoria do senador Fabiano Contarato (PT-ES), o projeto é relatado pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE), responsável pelo pedido de retirada de pauta. Carvalho é favorável à aprovação do texto com dez emendas de sua autoria, que promovem ajustes de redação e incluem a temática dos direitos humanos na matriz curricular nacional dos profissionais de segurança pública e defesa social, descrita na Lei 13.675, de 2018.

Entre os conteúdos a serem acrescentados nos cursos de capacitação e na formação dos profissionais de segurança pública e defesa social, estão direitos humanos, liberdades fundamentais, princípios democráticos e combate ao racismo, à violência de gênero, ao preconceito por orientação sexual e identidade de gênero, à xenofobia, ao preconceito e à intolerância religiosa, ao preconceito contra pessoas com necessidades especiais e às demais formas de discriminação e preconceito.

O projeto será analisado pela CSP em caráter terminativo — ou seja, sendo aprovado, o texto seguirá para a análise da Câmara dos Deputados, a menos que seja apresentado recurso para análise pelo Plenário do Senado.

Fonte: Agência Senado

O lucro dos cinco maiores bancos do país

Itaú-Unibanco, Bradesco, Santander, Banco do Brasil e Caixa, continuou em alta em 2022, mesmo com impactos do caso Americanas, que obrigou as instituições financeiras a realizarem provisionamentos extraordinários nos balanços.



Somados, os lucros dessas instituições atingiram R\$ 106,7 bilhões, alta média de 2,5% em 12 meses.

Confira: <https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2023/desempenhoDosBancos2023.pdf>

Siga nossas redes sociais

Facebook - <https://www.facebook.com/dieese>

Instagram - [instagram.com/dieese_online](https://www.instagram.com/dieese_online)

Twitter - https://twitter.com/dieese_online

YouTube - <https://www.youtube.com/user/DIEESEonline>

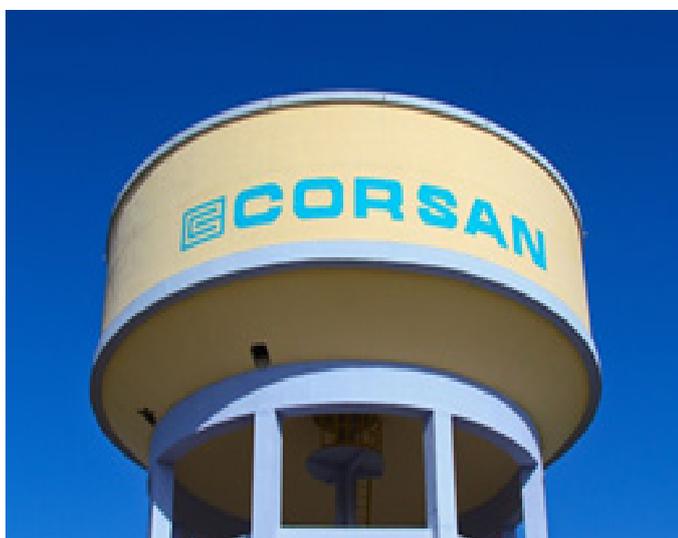
DIEESEonline

Soundcloud - <https://soundcloud.com/dieese>

dieese

TJ-RS arquiva ação penal de presidente da Corsan contra sindicalista

O crime contra honra é caracterizado por uma acusação específica. Por isso, uma crítica feita no contexto de um debate acalorado entre partes com posições políticas opostas não pode ser confundida com crime, ainda que ela seja feita de modo desleal.



Crítica a atuação do presidente da Corsan gerou ação penal contra sindicalista
Divulgação

Esse foi o entendimento que prevaleceu na 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul para determinar o trancamento de ação penal privada movida pelo presidente da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), Roberto Barbuti, contra o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto do Estado do Rio Grande do Sul (Sindiágua), Arilson Wünsch.

No caso concreto, o presidente da Corsan acionou o Judiciário por acreditar que sua honra havia sido ofendida por publicação do sindicato em jornal que dizia que ele estaria

“criando armadilhas” nos contratos com as prefeituras no processo de privatização da concessionária.

O voto vencedor foi o do desembargador Sandro Portal, que entendeu que a ação penal deveria ser arquivada, uma vez que o fato que motivou o processo não constitui crime. Para o magistrado, os fatos descritos não ultrapassam a esfera da crítica pessoal, ainda que ácida, a respeito dos desdobramentos do processo de privatização da Corsan.

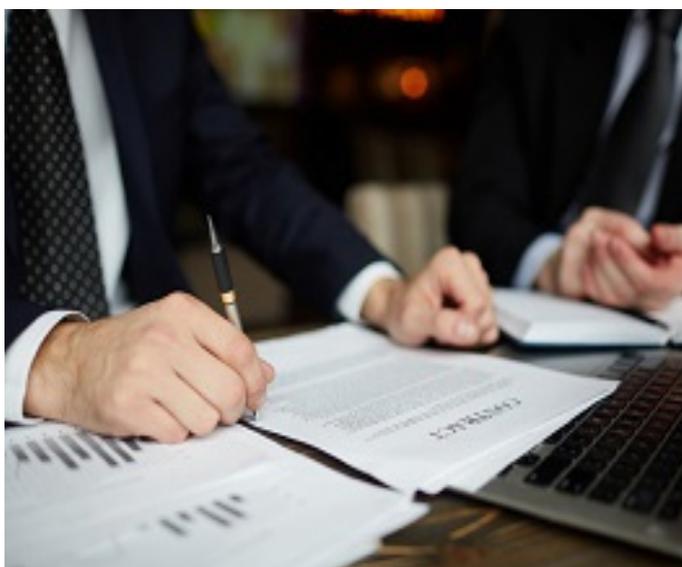
“No ponto, mesmo a sugestão de que o querelante cria ‘uma armadilha’ aos Prefeitos, projetando um panorama sinistro para a hipótese de reestatização, não transcende o direito de opinião, sem que se observe, no conteúdo do apedido, evento específico que corporifique infração à honra com a intensidade exigida para a invasão da esfera penal”, registrou.

Por fim, o desembargador elencou uma série de precedentes do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal para corroborar sua tese. O entendimento foi seguido pela maioria.

FONTE: Rafa Santos - revista Consultor Jurídico.

Novo sócio assume dívidas trabalhistas de empresa, decide TRT-2

Nos casos em que a execução contra o devedor principal não obtém sucesso, o sócio responde por todas as dívidas da empresa, mesmo as contraídas antes de seu ingresso na sociedade.



Magistrados entenderam que ao entrar em uma sociedade, o novo sócio assume responsabilidade por débitos trabalhistas
Freepik

Esse foi o entendimento adotado pela 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista) para modificar uma sentença e declarar a responsabilidade da sócia de uma empresa em um processo trabalhista.

A decisão foi provocada por um agravo em que o apelante pediu a reforma da decisão que julgou improcedente a desconsideração da personalidade jurídica no caso. Com base no artigo 10-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o autor alegou que a sócia ingressante não pode adquirir apenas as

benesses da sociedade, tendo de arcar com os débitos anteriormente contraídos. O Código Civil também foi citado na fundamentação do agravo.

Segundo a relatora do acórdão, desembargadora Maria José Bighetti Ordoño, a limitação da responsabilidade pelo período em que fez parte da sociedade cabe apenas ao sócio retirante, e não ao sócio ingressante.

“Quando um sócio ingressa no quadro societário de uma empresa, ele se torna responsável por todo o passivo trabalhista, incluindo as execuções cujos fatos geradores tenham ocorrido antes de ele participar da sociedade”, afirmou ela.

Considerando a legislação vigente e a jurisprudência sobre o tema, o colegiado julgou procedente a desconsideração da personalidade jurídica do devedor principal e determinou a inclusão da sócia no polo passivo da reclamação trabalhista. Com informações da assessoria de comunicação do TRT-2.

Processo 1001955-88.2016.5.02.0040

FONTE: Revista Consultor Jurídico

69,8% dos acordos coletivos tiveram aumentos reais em 2023, aponta Dieese

Nos casos em que a execução contra o devedor principal não obtém sucesso, o sócio responde por todas as dívidas da empresa, mesmo as contraídas antes de seu ingresso na sociedade.



Reunião do GT entre MTE, representantes dos trabalhadores e empresários. Foto: Alexandre dos Santos Silva

“A CUT e demais centrais apresentaram uma série de reivindicações ao Ministério do Trabalho e Emprego e às entidades patronais que trazem melhorias, o fortalecimento das entidades sindicais, e pontos importantes da reforma trabalhista que precisam ser revistos”, disse o secretário de Assuntos Jurídicos da CUT Nacional, Valeir Ertle, que também esteve presente à reunião.

A bancada dos trabalhadores apresentou o “Projeto de Valorização e Fortalecimento da Negociação Coletiva e Atualização do Sistema Sindical Brasileiro”, elaborado em conjunto pelas Centrais Sindicais, com os seguintes objetivos:

- Negociação coletiva valorizada e fortalecida;
- Direito de negociação coletiva para servidores públicos;
- Sindicatos representativos;
- Representação sindical ampliada;
- Agregação sindical incentivada;
- Autonomia sindical para a organização e o

financiamento;

- Participação de todos no processo de transição;
- Unidade fortalecida e,
- Autonomia para regular e operar o sistema de relações do trabalho.

As centrais sindicais reivindicam ainda que sejam mantidas as regras contidas no Artigo 8º da Constituição, que versa sobre associação profissional ou sindical.

Uma nova reunião do Grupo de Trabalho está marcada para o dia 3 de Julho, data em que a bancada dos trabalhadores espera ter uma resposta sobre as reivindicações feitas ao governo e aos empresários.

Valorização do salário mínimo pode melhorar ganhos das categorias

Para Valeir Ertle, a volta da política de valorização do salário mínimo deverá melhorar ainda mais os ganhos dos trabalhadores. Segundo ele, foi por meio de negociações coletivas que muitas categorias conseguiram atrelar o valor do salário mínimo ao piso pago aos trabalhadores, o que deverá refletir positivamente nos próximos reajustes.

“O reajuste do salário mínimo anunciado em 1º de Maio, por Lula, fruto das lutas das entidades sindicais, ainda não se refletiu no índice das negociações, mas certamente contribuirá para melhorar a renda do trabalhador”, acredita Ertle.

Foto: Reprodução

Fonte: Rosely Rocha / CUT Brasil

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF